

García-Marzá, Domingo & Calvo, Patrici. (2024). *Algorithmic Democracy – A Critical Perspective Based on Deliberative Democracy*. Philosophy and Politics – Critical Explorations, Vol. 29., Springer International Publishing. ISBN: 978-3-031-53014-2.

O modo como os algoritmos têm vindo a transformar o espaço público das sociedades democráticas contemporâneas preconiza um conjunto de desafios de ampla escala e complexa cartografia. Com efeito, os problemas de natureza social, política e económica que gradualmente têm ocupado a boca de cena revelam que a aparente neutralidade dos algoritmos não é, afinal, assim tão neutra, repercutindo-se na desconfiança em torno da capacidade de as instituições democráticas responderem aos problemas emergentes. Nesse sentido, os autores do livro de que aqui damos conta procuram fornecer um importante contributo para a reflexão crítica acerca das alternativas viáveis à atual tendência regressiva da democracia, sublinhando a importância de recuperar espaços de participação democrática efetiva, face à revolução algorítmica que tem promovido, nomeadamente, o aparecimento de formas de expressão autocráticas e de ‘tecnopopulismos’.

Domingo García-Marzá, é Professor Catedrático de Ética na Universitat Jaume I de Castellón (Espanha), tendo aprofundado os seus estudos sobre Política em Frankfurt (Alemanha), e sobre Ética Económica em St. Gallen (Suíça), na Universidade de Notre Dame (Estados Unidos da América) e no Magee College of the University of Ulster (Irlanda do Norte, Reino Unido). Patrici Calvo é Professor do Departamento de Filosofía y Sociología da Universitat Jaume I de Castellón (Espanha), tendo realizado períodos de investigação em Uehiro Center for Practical Ethics of the University of Oxford (Reino Unido), no Dipartimento di Sociologia «Achille Ardigò», no Dipartimento di Sociologia e Diritto dell’Economia dell’Università di Bologna (Itália), na Fundación ÉTNOR (Espanha) e no Instituto de Filosofía del CSIC – Madrid (Espanha). Ambos com interesses de investigação nos domínios da Ética, da Filosofia Social e Política, e da Hermenêutica Crítica, os autores reuniram esforços na produção da presente monografia que resulta da Investigação Científica e concomitante Projeto de Desenvolvimento Tecnológico: “Cordial Bioethics and Algorithmic Democracy for a Hyperdigitalised Society” (PID2022-139000OB-C22), e “Applied Ethics and Trustworthiness for an Artificial Intelligence” (PID2019-109078RB-C21), que contaram com o financiamento do Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades del Gobierno de España. Não obstante, o trabalho desenvolvido no seio do Research Group of Excellence CIPROM/2021/072, da Conselleria d’Innovació, Universitats, Ciència i Societat Digital de la Generalitat Valenciana, revelou-se essencial para o aprofundamento científico desta edição que conta com a chancela da Springer International Publishing.

A obra encontra-se subdividida em três partes interligadas por um fio condutor que enriquece a sua inteligibilidade, viabilizando: 1) a compreensão do enquadramento da problemática, 2) a problematização da democracia algorítmica e das suas repercussões negativas, e 3) a apresentação de alternativas que permitam colmatar a tendência regressiva das sociedades democráticas contemporâneas. Os doze capítulos que compõem a obra estão assimetricamente distribuídos pelas

três partes constitutivas, apresentando cada capítulo, respetivamente, um *abstract* ilocutório, uma súmula de palavras-chave essenciais para a identificação dos conteúdos trabalhados, e uma bibliografia integral das referências citadas ao longo do corpo do texto, seguindo a norma bibliográfica APA. Além disso, os autores estabelecem relações profícuas ao longo da obra entre os vários capítulos (*Cf.*, p. 19, p. 36, p. 53, p. 56, p. 74, p. 84, p. 139, p. 140, p. 155, p. 171, p. 178, p. 179, p. 203, p. 212, p. 228, e p. 243), o que permite o aprofundamento da reflexão em torno dos fundamentos éticos que devem sustentar a democracia.

A primeira parte – “*Part I – Framing Algorithmic Democracy*” – apenas é composta pelo primeiro capítulo, cuja matriz eminentemente introdutória permite ao leitor contextualizar a problemática, fornecendo-lhe, ademais, o mapeamento dos conceitos fundamentais que estarão presentes no decurso dos restantes capítulos. Paralelamente, o fenómeno político do populismo é referido como uma das primeiras fragilidades que resulta da colonização algorítmica do espaço público democrático (*Cf.* pp. 6-9, e pp. 9-12), cuja resposta deverá passar pela valorização do modelo deliberativo (*Cf.* pp. 10-12, pp. 14-16, e pp. 18-20).

A segunda parte – “*Part II – Ethical and Political Challenges of Algorithmic Democracy*” – é composta por seis capítulos nos quais os autores procuram aprofundar a problematização em torno da algoritmização da democracia, tornando-se, por isso, necessário proceder à conceptualização da noção de “algoritmo” (*Cf.* pp. 25-26). Uma vez reunidas as condições necessárias à problematização da perversão da democracia em função da colonização algorítmica do espaço público democrático, são apresentados os riscos que dimanam da apropriação política e económica que algumas entidades fazem das plataformas tecnológicas e digitais, cujo âmbito de atuação poderia tender para a promoção de uma participação democrática plural e eficaz.

A este propósito, o fenómeno digital da hiperconectividade surge como elemento de charneira na consideração da dataficação (datafication) da sociedade (*Cf.* pp. 30-31), uma vez que é através da recolha, seleção e armazenamento de dados que se dá a “algoritmização” da democracia (*Cf.* pp. 31-36). Para isso, os autores consideram essencial que a sociedade civil seja capaz de criar esferas de confiança que proporcionem espaços de construção e ação democráticas, baseados nas diferentes esferas de justiça integrantes (*Cf.* pp. 12-13, p. 15, p. 17, p. 19, p. 140, p. 159, p. 214 e p. 244).

Posto isto, o fenómeno da transformação digital, associado à adoção de soluções digitais que se assumem como pretensos instrumentos promotores de uma maior coesão social e política, emerge como justificação para a crescente pressão exercida por modelos baseados na Inteligência Artificial (*Cf.* pp. 41-42, e p. 44) – algo que é secundado pelo recurso a Inteligência Artificial Generativa e tecnologias avançadas do tipo NLP-Natural Language Processing (*Cf.* pp. 44-51) – enquanto instrumentos com características algorítmicas próprias como: objetividade, moralidade, representatividade e neutralidade aparente (*Cf.* pp. 51-52), mas que levam a uma conceção distorcida da realidade e da própria democracia (*Cf.* pp. 53-58).

Não obstante, os autores abordam a possibilidade de algumas tecnologias

poderem contribuir positivamente para uma “democracia melhorada” (augmented democracy), nomeadamente através do recurso a tecnologia ‘blockchain’ (Cf. pp. 64-71). Este mesmo assunto é retomado em capítulos posteriores (Cf. pp. 127-128, pp. 131-132, e pp. 239-243), uma vez que os autores também procuram identificar um conjunto de linhas de orientação que possam preconizar boas-práticas democráticas a serem desenvolvidas em nome de uma maior justiça social.

A sensibilidade dos autores é fortemente pautada pela influência do pensamento de Jürgen Habermas (Cf. pp. 81-102), cuja clarividência permite antever algumas implicações que derivam da modulação tecnológica das tradicionais esferas de participação democrática (Cf. pp. 83-85). Com efeito, a criação de perspectivas fabricadas que distorcem a própria realidade (Cf. pp. 85-87), seja de um ponto de vista algorítmico intencional ou não, tende a contribuir negativamente para a dissolução da própria capacidade deliberativa (Cf. pp. 89-93), precisamente através da artificialização da sociedade civil que promove fatores como: 1) popularidade, 2) capacidade de influência da opinião pública, e 3) interferência em órgãos de comunicação (Cf. pp. 94-95). Neste sentido, os autores apelam a uma reflexão crítica que devolva a boca de cena às pessoas elas mesmas, e não aos algoritmos que se outorgam na posição de legítimos tradutores dos seus ensejos.

Conforme é referido no início da obra, a democracia algorítmica não pode ser vista como um modelo (Cf. p. x). O que significa que não pode haver possibilidade de substituição ou de cooptação em função de um determinado conjunto de parâmetros, mais ou menos, favoráveis. E face ao perigo de a democracia se diluir numa autocracia sustentada pela falsa crença de que a humanidade depende inexoravelmente da IA e dos seus algoritmos (Cf. p. x, p. 36, p. 105, p. 116, p. 175 e p. 177), urge retomar o modelo deliberativo como forma de contrabalançar o poder cada vez maior que as Big Tech têm vindo a conquistar (Cf. p. 98).

De modo a começar a integrar uma variedade de perspectivas e diferentes metodologias para formar uma ética da democracia de matriz deliberativa, moralmente autónoma, os autores sintetizam algumas das tentativas já desenvolvidas que procuraram internalizar valores morais selecionados na IA (Cf. pp. 111-115). Não obstante, os riscos que a IA preconiza (Cf. pp. 116-120) tendem a pintar um fundo soturno mesmo diante de projetos sociais e políticos construtivos e com propósitos bem fundamentados. O que tende a dever-se, maioritariamente, aos fatores económicos que permeiam um determinado conjunto de decisões e que acabam por se traduzir em desafios éticos emergentes (Cf. p. 126, pp. 131-135, e p. 140).

A terceira parte da obra – “*Part III – Against Algorithmic Democracy: Scope and Ethical-Discursive Perspectives for na Expansion of Deliberative Democracy*” –, composta pelos últimos cinco capítulos, concentra a argumentação dos autores na defesa da democracia bidirecional (*two-way democracy*) (Cf. p. 204, pp. 208-209, p. 214, e p. 243) enquanto maior contributo do modelo de democracia deliberativa (Cf. p. 244). Neste sentido, os autores começam por tem em conta a deliberação enquanto pedra de toque para a transformação dialógica da dimensão ética que permeará a participação democrática (Cf. p. 148 e p. 244), de modo a permitir que uma ética renovada dos

fatores de discursividade possa orientar racionalmente os objetivos e o comportamento dos agentes envolvidos em torno da argumentação e do diálogo (*Cf.* p. 150).

Posto isto, os autores sublinham a importância de desenvolver uma perspectiva crítica que forneça os meios necessários à clarificação da estrutura material da ideologia algorítmica (*Cf.* p. 167, e pp. 169-171), de modo a esclarecer os fatores de manipulação e de alienação atinentes à intervenção humana por detrás da criação de um algoritmo (*Cf.* pp. 171-173). Assim, os autores consideram possível aferir de que forma os próprios algoritmos se transformam, eles mesmos, em fatores geradores de cultura (*Cf.* p. 175), bem como permitem compreender como é que a democracia assume uma natureza eminentemente procedimental em função da mineração e quantificação de dados recolhidos a partir dos utilizadores (*Cf.* pp. 176-178) (salientando-se o uso do termo “utilizador” que vem substituir a dimensão do cidadão, da pessoa, enfim, do humano).

Face à emergência de formas de expressão de matriz autocrática que ameaçam a democracia mesmo na sua legítima capacidade de afirmação, (*Cf.* pp. 185-187), os autores consideram que a aposta na definição, identificação e seleção de dados que devem ser fornecidos pode ser um instrumento de retração dessas mesmas dinâmicas que estão tendencialmente associadas a um determinado conjunto de interesses específicos, desde logo, para a contínua geração de algoritmos (*Cf.* p. 193, e p. 242). Desta forma, e na senda do pensamento kantiano (*Cf.* pp. 200-202), consideram possível tornar mais transparente um processo que tende para a nebulosidade, sem comprometer a necessária e efetiva participação democrática que deve servir como eixo de ação complementar ao exercício deliberativo em torno de problemas comuns (*Cf.* p. 199, p. 202, e p. 243).

A reflexão de grande fôlego que os autores nos apresentam reveste-se, por isso, de ampla pertinência e atualidade, contribuindo para o debate público em torno desta temática tão pertinente nos dias que correm. Esperamos com todo o entusiasmo e interesse uma possível tradução e edição da obra em língua portuguesa, de modo a fomentar a discussão crítica mais alargada dos argumentos honrosamente esgrimidos pelos Professores Domingo García-Marzá e Patrici Calvo.

Bruno Ribeiro Bré
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Investigador doutorando, RG-PPS — IF-UP)
Bolseiro da FCT)